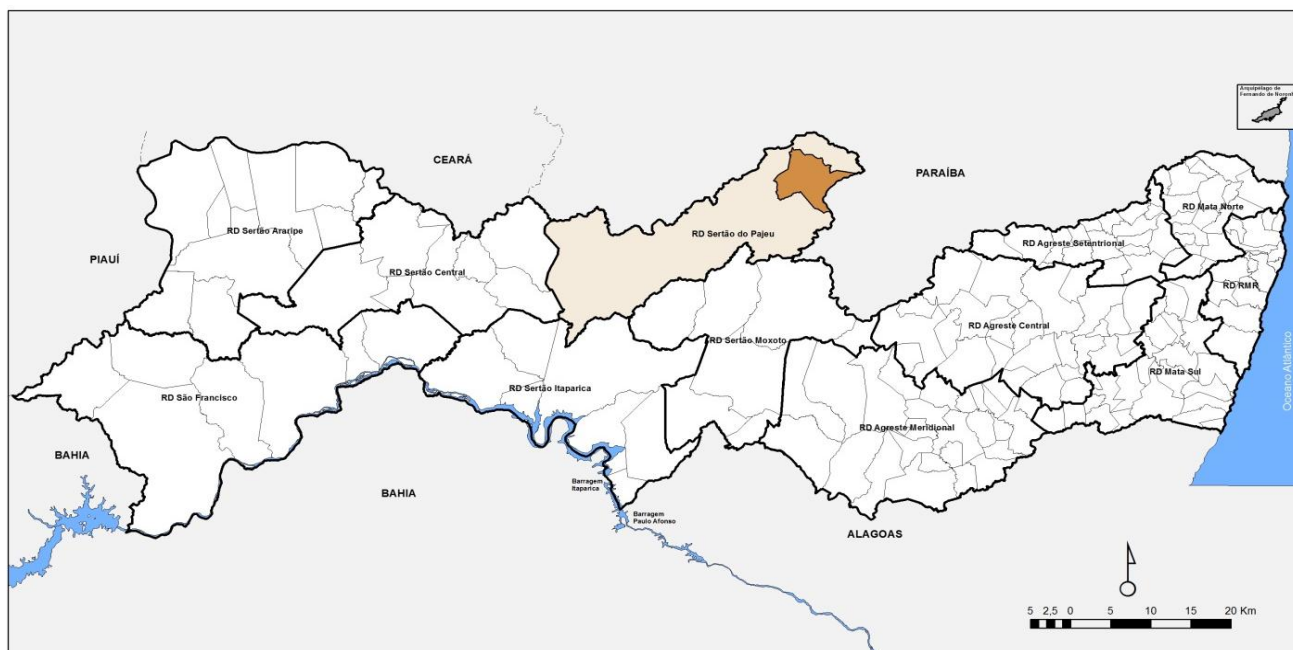


HISTÓRIA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO EGITO



Desmembrado da freguesia do Pajeú da vila de Flores

Data de criação da vila (São José de Ingazeira): 25/05/1877 Lei Provincial nº 1.260

Data cívica (aniversário da cidade): 09/03

No decorrer do ano de 1830, alguns fazendeiros que ocupavam as cabeceiras do rio Pajeú, no vale meridional da serra da Borborema, resolveram estabelecer residência no lugar denominado Queimadas, nas proximidades da confluência do riacho São Felipe com o rio Pajeú. Logo após a chegada, providenciaram a construção de uma capelinha de taipa dedicada a São José. Com a construção desse templo, formou-se um núcleo de povoação que teve diversos nomes: São José, São José das Queimadas e São José de Ingazeira. A capela de São José foi ereta em freguesia, com a denominação de São José de Ingazeira, desmembrada da freguesia do Pajeú da vila Flores, pela Lei Provincial nº 23, de 09 de junho de 1836.

Em 1838, um proprietário local de nome Inácio do Nascimento de Souza, fez doação de um terreno para edificar uma igreja mais ampla, que atendesse melhor às necessidades dos paroquianos. Um missionário capuchinho, ali chegado em 1839, com o auxílio do doador e da população em geral, demoliu a antiga capela e fez levantar uma igreja, cuja obra da fachada só foi concluída em 1865. Nessa época o povoado era conhecido como São José das Queimadas.



. A Lei Provincial nº 1.028, de 21 de março de 1872, criou o distrito, com a denominação de São José de Ingazeira. A mesma lei criou a nova freguesia, tendo por limites os mesmos dos distritos de São José e São Pedro, do município de Ingazeira. A freguesia foi instalada pelo seu primeiro vigário, o padre Manoel Gomes da Fonseca.

O distrito de São José de Ingazeira foi elevado à categoria de vila, fazendo parte da nova comarca de Ingazeira, pela Lei Provincial nº 1.260, de 25 de maio de 1877. A Lei Provincial nº 1.428, de 27 de maio de 1879, elevou a termo a vila de São José de Ingazeira. A denominação da vila e da freguesia foi posteriormente mudada para São José do Egito, pela Lei Provincial nº 1.516, de 11 de abril de 1881. (Segundo Sebastião de V. Galvão, *in* Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco, a mudança de denominação foi através da Lei Provincial nº 1.880, de 30 de junho de 1886).

O foro civil do termo foi instalado no dia 12 de março de 1884, com o juiz de Direito da comarca de Ingazeira, Levino Vieira de Macedo Lima, o promotor público da mesma comarca, José Theodoro Cordeiro, e o presidente da Câmara Municipal de São José do Egito. A Lei Municipal nº 04, de 1º de março de 1893, confirmou a criação do distrito de São José do Egito e criou o distrito de São Pedro das Lajes, como 2º distrito, conforme consta do ofício do prefeito para o secretário do governo, com data de 1º de junho de 1893, remetendo relação dos distritos criados no município.

Com o regime republicano, o município de São José do Egito foi constituído no dia 16 de maio de 1893, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892, promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. O primeiro prefeito eleito foi Paulo Soares da Silva. Por ato do governador, de 09 de abril de 1894, foi criada a comarca de São José do Egito, desmembrada da comarca de Ingazeira, tendo Francisco de Faria Castro como primeiro juiz de Direito.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 991, de 1º de julho de 1909. Pela Lei Municipal nº 01, de 06 de abril de 1911, foram criados os distritos de Riacho do Meio, Santo Antônio dos Batatais e São Vicente Férrer, anexados ao município de São José do Egito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 o município é constituído de cinco distritos: São José do Egito, Riacho do Meio, Santo Antônio dos Batatais, São Pedro das Lajes e São Vicente Férrer. A Lei Municipal nº 120-A, de 19 de dezembro de 1919, criou o distrito de Tigre, subordinado a São José do Egito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 o município aparece com três distritos: São José do Egito, Umburanas (ex-São Pedro das Lajes) e Tigre, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937.



Pelo Decreto-lei Estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, o distrito de Umburanas passou a denominar-se Itapetininga. No quadro fixado para vigorar no período 1939-1943, o município é constituído de três distritos: São José do Egito, Itapetininga (ex-Umburanas, ex-São Pedro das Lajes) e Tigre. O distrito de Itapetininga teve sua denominação alterada para Itapetim pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município é constituído de três distritos: São José do Egito, Itapetim (ex-Itapetininga, ex-Umburanas, ex-São Pedro das Lajes) e Tigre. A Lei Estadual nº 1.818, de 29 de dezembro de 1953, desmembrou de São José do

Egito o distrito de Itapetim, o qual foi elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960 o município aparece com dois distritos: São José do Egito e Tigre.

A Lei Municipal nº 16, de 24 de julho de 1963, criou os distritos de Bonfim e Riacho do Meio. O distrito de Tigre foi desmembrado de São José do Egito e elevado à categoria de município, com a denominação de Santa Terezinha, pela Lei Estadual nº 4.990, de 20 de dezembro de 1963. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1963 o município é constituído de três distritos: São José do Egito, Bonfim e Riacho do Meio, assim permanecendo em divisão de 2005. A comarca de São José do Egito é classificada como de 2ª entrância e engloba o termo judiciário de Santa.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2009.

GALVÃO, Sebastião de V. **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2006. v. 4.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. 2ª ed. Recife, 2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/saojosedoegito.pdf>